

# FROM *QUILOMBO* TO *AFRO-LATINO-AMÉRICA*: POSSIBILITIES FOR ANTI-RACIST EDUCATION

José Antônio dos Santos<sup>1</sup>

**Abstract:** The newspapers *Quilombo* and *Afro-LatinAmerica* were published in periods of four history, - Estado Novo, 1937-1945, and Ditadura civil-military, 1964-1985, - in which the “ideology of racial democracy” was defended by the Brazilian State vigorously. They point to rich possibilities for an anti-racist education that is, initially, defined. In this article, we then present the newspapers, their main themes and the contexts in which they were produced and, finally, we indicate the proximity of two journalistic experiences to the main achievements of the Brazilian black population.  
**Keywords:** Anti-racist education; Afro-Latin-America; Black press.

## Do Quilombo ao Afro-Latino-América: possibilidades para uma educação antirracista

**Resumo:** Os jornais *Quilombo* e *Afro-Latino-América* foram publicados em períodos da nossa história, - Estado Novo, 1937-1945, e Ditadura civil-militar, 1964-1985, - em que a “ideologia da democracia racial” foi defendida pelo Estado brasileiro de maneira vigorosa. Eles apontam ricas possibilidades para uma educação antirracista que é, inicialmente, definida. No presente artigo, apresentamos os jornais, seus principais temas e os contextos em que foram produzidos e, finalmente, indicamos proximidades das duas experiências jornalísticas com as principais conquistas da população negra brasileira.

**Palavras-chave:** Educação antirracista; Afro-latino-américa; Imprensa negra.

## INTRODUÇÃO

Por meio do que nos legaram os jornais *Quilombo* e *Afro-Latino-América*, neste artigo, vamos apresentar algumas reflexões que apontam possibilidades para uma educação antirracista. Num primeiro momento, vamos tratar do que entendemos constituir uma educação antirracista; segundo, vamos dar a conhecer

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1341-1530>. E-mail: [joseants@hotmail.com](mailto:joseants@hotmail.com)

os jornais, os contextos em que foram produzidos e algumas questões em que se envolveram. Finalmente, como tentativa de conclusão, vamos apontar as proximidades entre as duas experiências jornalísticas que servem para tratar da educação antirracista e das relações étnico-raciais nos diversos âmbitos de nossas vidas.

É importante informar que a exploração documental dos jornais Quilombo e Afro-Latino-América como fonte de pesquisa, é meramente exploratória e indicativa do quanto desconhecemos. A imprensa negra, como de resto, todos os tipos de criações e documentos (escritos, imagéticos, religiosos, artísticos, imateriais) produzidos por negros e negras com viés afrocentrado, ainda são pouco conhecidos e utilizados nas escolas e universidades. Eles devem ser as bases epistemológicas de uma nova consciência crítica sobre a história da população negra brasileira, que fomente a solidariedade, a justiça social e a valorização da vida e do planeta.

## **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, EDUCAÇÃO TRANSGRESSORA**

Desde a aprovação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica pública e privada, muitas publicações sobre as temáticas que envolvem a educação antirracista vieram a lume. O que foi amplificado pela Lei 11.645/08, que agregou àquelas temáticas a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Indígena, e demandou uma série de iniciativas públicas e privadas que se voltaram para tornar a legislação realidade na educação brasileira (Silva; Meireles, 2019).

No entanto, passados 20 anos da primeira lei e 15 da segunda, o que temos acompanhado tem demonstrado um completo desconhecimento ou descaso com a legislação, principalmente por parte das pessoas que deveriam implementá-la: prefeitos, secretários de educação, professores e comunidade escolar (Couto; Rosa; Santos, 2021). Muito pouco foi feito pelas autoridades públicas, menos ainda por parte considerável da sociedade brasileira, pois são recorrentes os casos de racismos que chegam à morte, assim como uma série de problemas sociais resultados de preconceitos, discriminações, estereótipos, estigmas e misoginia dirigidos a mulheres e homens negros e indígenas.

O caráter antirracista e transgressor da legislação e tudo aquilo que ela encampa, no sentido de ultrapassar os limites do mito que reafirma a unidade nacional e a pretensa harmonia e igualdade das relações étnico-raciais brasileiras,

já havia sido proposto em demandas históricas dos movimentos negro e indígena. O Movimento Indígena, desde os anos de 1970, pelo menos, assumiu papel educador ao tornar pública a existência e a diversidade dos povos originários:

Talvez a maior contribuição que o Movimento Indígena ofereceu à sociedade brasileira foi o de revelar e, portanto, denunciar a existência da diversidade cultural e linguística. O que antes era visto apenas como uma presença genérica passou a ser encarado como um fato real, obrigando a política oficial a reconhecer os diferentes povos como experiências coletivas e como frontalmente diferentes da concepção de unidade. (Munduruku, 2012, p. 222).

Também o Movimento Negro se constituiu educador da sociedade brasileira ao longo de sua história, uma vez que, desde o início do século passado, produziu saberes emancipatórios por meio da criação de escolas, jornais, grupos de teatro e associações de todo tipo, que colaboraram para sintetizar as identidades mestiças em reivindicações que hoje são tidas como da população negra. Ações políticas, culturais e sociais que foram responsáveis por sistematizar conhecimentos e ressignificar a questão racial ao torná-la debate público nacional recentemente (Gomes, 2019).

Foram as narrativas e mobilizações contrárias e favoráveis às políticas de ações afirmativas para ingresso de negros no ensino superior público, no início dos anos 2000, que renovaram os termos da discussão sobre o “problema do negro” no Brasil. Debate nacional que não se via desde os enfrentamentos que levaram à abolição, a saber, qual o “lugar do negro” na sociedade brasileira. Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas definidas na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata das Nações Unidas, realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, foram fundamentais para as conquistas recentes ao reivindicar que o lugar a ser ocupado por afrodescendentes e demais grupos oriundos do processo de colonização é onde eles/elas desejam estar.

A Conferência Mundial ratificou a centralidade do racismo na estruturação das desigualdades historicamente acumuladas por populações negras e indígenas que sofreram o influxo da colonização europeia. O estado brasileiro, como signatário do documento final, foi obrigado a criar medidas reparatórias que se dirigiram para a criação de legislação antirracista e para o acesso ao ensino

superior alavancado por ampla mobilização e discussão nacional que ultrapassaram as duas últimas décadas reivindicando lugares de prestígio e poder.

Para nós, negros e negras, sempre foi evidente a necessidade da educação antirracista em todos os meandros da sociedade, principalmente, como prática em sala de aula. Os ambientes escolar e acadêmico em que fomos formados nos anos 1980 e 1990 foram permeados por desrespeito aos alunos não-brancos e por manifestações preconceituosas e racistas. Faltavam formações adequadas sobre história e cultura africana, negra e indígena, assim como atitudes dos professores para educar comportamentos e contribuir para criar ambientes mais solidários e menos hostis à diversidade de cor, raça e classe social.

Certamente por isso, tivemos baixa presença de estudantes das classes trabalhadoras e não-brancas, nomeadamente, negros e indígenas, em boa parte dos espaços educacionais por onde passamos. Invisibilidades que eram justificadas como incapacidade para passar nos processos seletivos, ou, simples abandono das classes escolares como necessidade de trabalhar para ajudar a família, mas que eram resultados das opressões sistemáticas e da forma como eram tratados naqueles ambientes. Em geral, com reproduções de conhecimentos eurocentrados, sem representações positivas de suas culturas e hostis às suas origens.

Em nossas trajetórias de vida experimentamos a quase inexistência de professores negros e indígenas, são raros políticos e demais profissionais de alto escalão em lugares de reconhecimento público e de tomada de decisões. Apenas recentemente, nos jornais e programas televisivos, e com o advento das novas mídias e redes sociais via internet, vivemos um momento de certa visibilidade e empoderamento. Isso ainda é muito pouco, pois boa parte são iniciativas pessoais que seguem lógicas de mercado que não dominamos e que fazem parte de estruturas internacionais que reproduzem lógicas preconceituosas e racistas (Faustino; Lippold, 2023).

Para atuar na educação antirracista é preciso, em primeiro lugar, reconhecer a existência do racismo na sociedade brasileira e no mundo. Somos criados num imaginário de democracia racial, onde a ideia de que não existe racismo é justificada cotidianamente pela inexistência de legislação segregacionista e pela dificuldade de identificar o *apartheid* social entre negros e brancos. Onde a miscigenação acentuada, resultado de um processo histórico de exploração material e sexual de indígenas e negras, serve como mecanismo que

lubrifica as relações sociais, ao mesmo tempo em que dificulta a identificação étnico-racial daqueles grupos que mais precisam de acesso a políticas públicas específicas para diminuir graus acentuados de desigualdades.

Somos tributários de um país que não existe na realidade para a maioria da população afrodescendente e originária, pois desconhecem suas histórias e contribuições para a riqueza nacional, e estão jogados nos presídios, nos subempregos, nas comunidades e periferias. Boa parte dos legados cultural, civilizatório e tecnológico de matriz africana e dos povos indígenas foram menosprezados, romantizados e transformados em “cultura nacional”. Ou seja, como não são identificadas as contribuições, é como se não tivéssemos contribuído para a construção do Brasil.

Para se colocar frontalmente contra o racismo é fundamental reconhecer e nomear o quinhão que negros e indígenas tiveram na construção econômica e cultural do país; responsabilizar as elites pelo acúmulo de riquezas que auferiram em decorrência da escravização e morte de pessoas daqueles grupos; se posicionar contra qualquer ato preconceituoso, discriminatório e misógino que assola de forma majoritária afro descendentes e indígenas.

A educação antirracista a qual nos referimos não é exclusividade das escolas e universidades. É um despertar para a construção de uma nova sociedade que deve atingir todos os meandros da sociedade e ser tratada em todos os meios de comunicação e espaços de convivência, desde as famílias, as igrejas, as creches e todas as instâncias do legislativo, executivo e judiciário. Inclui vasta agenda de ações públicas e privadas que criem medidas reparatórias, (re)eduquem, constriam e punam indivíduos e instituições que não se adequem aos princípios constitucionais do respeito à diferença e à diversidade de todo tipo.

Todos devemos passar por formações regulares sobre história e cultura africana, indígena e negra; reflexões cotidianas sobre autoidentificação e heteroidentificação étnico-racial; e reforço da autoestima e empoderamento dos grupos deficitários na construção de suas identidades e representações positivas. Também se propõe a criar estratégias pedagógicas de responsabilização do lugar que cada um(a) ocupa neste mundo marcado por guerras, pobreza, criminalidade e desastres ambientais. Assim como, aprofundar conteúdos e discussões sobre os papéis sociais hegemônicos assumidos por aqueles/as que se identificam como brancas nesta estrutura, moldada sobre o racismo e que consolidou o modelo capitalista de exploração da natureza e das pessoas.

A educação antirracista visa mudanças profundas de valores e atitudes individuais para que se tornem ações coletivas, que gerem novas propostas curriculares e pedagógicas que resultem na promoção da igualdade e do respeito a todas as formas de existência. O espaço da atuação docente deve ser aproveitado para o levantamento de temas, discussões e conteúdos que podem ser abordados de forma trans e interdisciplinar. Como resultado a educação antirracista deve abarcar conceitos importantes, como: gênero, raça, sexualidades, racismo, desigualdades, direitos humanos, preconceitos, discriminação, justiça e estruturas de poder que colaboram para montar realidades.

O entendimento da diversidade e da diferença que nos constitui como humanos e dos mecanismos criados pelas elites para manutenção dos subalternizados em graus de desigualdades, tende a tornar possível tomada de consciência daqueles que pertencem a grupos historicamente privilegiados. Negros e indígenas devem ocupar papéis ativos e transformadores para a conquista de protagonismos e espaços de visibilidade. Disputar posições hegemônicas, hoje sob o controle de homens mais velhos, brancos e heterossexuais, sem querer reproduzir o genocídio cultural e o massacre identitário a que foram submetidos.

A proposta aqui definida em termos de educação antirracista sugere verdadeiras revoluções pessoais que envolvem todas as dimensões da vida, na sua totalidade e plenitude. Desde o nascimento à morte vivenciamos relações étnico-raciais, nelas estão explícitas as possibilidades de convivências saudáveis, horizontalizadas e prazerosas. Como indivíduos plenos de consciência só nos resta optar por fazer a diferença e agir de maneira holística, certos de que a luta antirracista está intrinsecamente relacionada ao respeito à natureza e à manutenção do planeta que ocupamos. Vivamos em consonância com o que bell hooks (2021) nos ensinou como “educação transgressora”, que pratica a liberdade individual e busca romper com toda forma de dominação para avançar na eliminação da discriminação e da opressão racial.

Os jornais *Quilombo* e *Afro-Latino-América*, como vamos ver, foram transgressores em suas épocas e hoje são fontes de pesquisa, reflexão e material didático importantes para a educação antirracista. Eles serviram como meios de divulgação das principais ideias dos intelectuais e militantes negros que se moveram contra o analfabetismo, pobreza, discriminação, desemprego e violência, agindo em defesa de políticas que asseguraram a todo o povo brasileiro

o direito ao voto, à liberdade, à democracia e ao ensino superior nas melhores universidades.

## **QUILOMBO. VIDA, PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO**

O jornal *Quilombo*, que trazia o subtítulo acima, foi publicado no Rio de Janeiro, de dezembro de 1948 a julho de 1950, pelo *Teatro Experimental do Negro* (TEN). O grupo foi criado por Abdias do Nascimento, em 1944, com o objetivo principal de inserir temáticas e atores negros no teatro brasileiro. Mas, ao longo do tempo, atuou também em uma série de iniciativas e mobilizações culturais, educacionais e políticas de valorização e conquista de espaços para a população negra.

O Quilombo se constituiu em lugar de divulgação privilegiado das ações do TEN no Rio de Janeiro, capital do país na época, e que ao longo de suas 10 edições se espalhou por boa parte do Brasil. Desde a fundação, o jornal teve ampla divulgação na grande imprensa brasileira e nos jornais negros, se tornando num dos principais meios propagadores da música, do cinema, do teatro e da poesia feitos pelos intelectuais e artistas negros brasileiros e da diáspora africana.

A data de lançamento, 9 de dezembro de 1948, marcou período importante para discutir e avançar nas reivindicações relativas as questões raciais que estavam em voga no Brasil e no mundo. O final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que atingiu o centro da Europa e dizimou povos de peles e olhos claros que se viam como iguais, despertou no mundo o desejo de superar noções de raça hegemônicas até então. Em artigo do *Quilombo*, de 9 de maio de 1949, sob o título de: “Racismo, a herança de Hitler”, por exemplo, temos a atribuição dos males causados pelo racismo ao “gênio satânico de Hitler”, que mesmo depois de sua morte, havia legado ao mundo uma herança maldita.

É certo que o racismo não nasceu na Alemanha e nem tampouco foi criado por um indivíduo, de qualquer jeito, foram responsabilizados pelo nazismo e seus resultados. Os legados da Segunda Guerra Mundial, dentre outros aspectos, como as lutas anticoloniais e manifestações por todo o mundo, foram que levaram ao centro das discussões o debate sobre o supremacismo racial branco de origem europeia. O genocídio dos judeus e os cerca de 55 milhões de europeus mortos no conflito incluíram na agenda dos intelectuais e políticos a tentativa de entender as justificativas racistas para a guerra. Até então, não haviam sido superadas noções de raças criadas no século XIX, que dividiam a

humanidade em grupos (negróides, mongolóides e caucasóides) atribuindo graus de inferioridade entre eles (Cashmore, 2000, p. 453).

Do ponto de vista político interno, em 1948, o Brasil havia superado a ditadura do governo Vargas e, sob Eurico Gaspar Dutra e a recém-promulgada Constituição, buscava a estabilidade e avançar na propalada democracia racial. Com o restabelecimento das eleições para governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores todos os brasileiros eram convidados a participar. Inclusive, o líder do Quilombo, Abdias do Nascimento, usava o jornal para divulgar e defender “Candidatos negros e mulatos”. Este era o título estampado na primeira página do jornal de fevereiro de 1950.

No artigo, Abdias defendia a “democracia de cor brasileira”, festejava a aprovação da Constituição e justificava a necessidade que os negros se apresentassem como candidatos. Ele mesmo se lançava como, “candidato de pretos e brancos, de pobres e ricos”, a vereador do Rio de Janeiro, naquele pleito de outubro. Em sua defesa contra os ataques dos racistas de plantão, Abdias finalizava o texto da seguinte forma: “Alcançada a paridade democrática no livre jogo das oportunidades e no padrão de vida entre pretos e brancos, deixará, automaticamente, de existir o motivo de candidaturas de negros e mulatos, para prevalecer o simples critério da capacidade individual dos brasileiros, sem considerações sobre cor epidérmica”.

Imersos naquele período, em que o acesso aos quadros políticos e a possibilidade de serem eleitos assumiam lugares de importância na realidade dos negros brasileiros, ele e os demais envolvidos na criação do jornal se mostravam bastante otimistas. Viram naquele momento a oportunidade de sonhar com o que entendiam ser a “verdadeira democracia racial”, a saber, a integração social entre negros e brancos onde a cor e a racialização deixariam de ser critérios definitivos para seleção aos cargos de poder.

A própria criação do veículo de comunicação negro que pretendiam publicar de forma bimensal e com distribuição nacional, demonstrava a esperança naquele momento pelo qual o país e o mundo passavam. O formato do jornal todo ilustrado com fotografias e imagens, que divulgava eventos e publicações de cultura e arte nos moldes dos jornais correntes entre os negros norte-americanos e franceses, somados à participação de intelectuais brancos brasileiros e estrangeiros renomados, deram ao Quilombo um caráter cosmopolita e internacional nunca visto até então.



Dentre outros intelectuais e artistas brasileiros que circularam em suas páginas, citamos: Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Nelson Rodrigues, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Edison Carneiro, Guerreiro Ramos e Di Cavalcanti, que tiveram textos publicados no jornal. Suas edições tiveram também as contribuições de alguns estrangeiros, como, o norte-americano George Schuyler, escritor e jornalista do Pittsburgh Courier, o escritor argentino Efrain Tomás Bó, o escritor polonês Stanislaw Fischlowitz, o professor da USP e jornalista, Paul Vanorden Shaw, o diplomata norte-americano, Ralph Bunche (um dos fundadores, em 1934, da Ethiopian Research Council, rede internacional de solidariedade à Etiópia, que sofria o jugo fascista da Itália sob Mussolini), dentre outros.

Como estamos propondo no correr deste artigo, o jornal *Quilombo* é um dos tantos documentos que possibilitam contar outras versões da história dos negros e negras no Brasil e na diáspora. O jornal teve ampla circulação e tratou de temas e questões nacionais e internacionais conquistando espaços no meio intelectual brasileiro. Suas páginas serviram para divulgar reivindicações de espaços de poder nos partidos e para propagandear mobilizações e denúncias estratégicas para algumas conquistas que vieram décadas depois.

Na época prevalecia a ideia que não existia racismo no país, o problema seria uma criação dos ativistas e intelectuais negros que importariam questões que diziam respeito apenas aos negros dos Estados Unidos. O racismo às avessas era uma das formas de imputar à população negra um problema que era de toda a sociedade, o que o jornal propunha era levar à sua gente informações sobre cultura e direito à igualdade de oportunidades e de acesso a vida melhor.

A ideologia de democracia racial atingiu o auge naquele período e acreditava-se que seu êxito estava inteiramente ligado ao progresso econômico e à estabilidade política, quanto mais a indústria brasileira crescia, mais os afrodescendentes teriam chances de trabalho e ascensão social. O jornal *Quilombo* não ficou de fora desses debates e passou a abordar a questão racial de diversas formas, tanto extrapolando as relações entre raças quanto apontando questões de classe. Pensadores como Gilberto Freyre ganhavam prestígio internacional e seus escritos eram fortemente propagados pela comunidade intelectual brasileira.

Freyre foi o primeiro convidado a escrever na coluna “Democracia Racial”, logo no lançamento do jornal, em texto intitulado, “A atitude brasileira”. No

início do texto ele escrevia que: “Não há exagero em dizer-se que no Brasil vem se definindo uma democracia étnica contra a qual não prevaleceram até hoje os esporádicos arianismos ou os líricos, embora às vezes sangrentos melanismos que, uma vez por outra, se têm manifestado entre nós”.

Com os olhos no que havia acontecido na Europa durante a Segunda Guerra, em que as ideias em torno do arianismo pregavam a pureza de sangue e de uma raça superior. Também no que acontecia nos Estados Unidos, onde os “melanismos” diferenciavam os indivíduos pelo acúmulo de melanina e levavam à morte milhares de negros por linchamentos, Freyre, defendia a experiência brasileira como uma “democracia étnica” de exceção.

No correr do texto ele concorda que há preconceito de cor, mas que está longe de constituir ódio sistematizado e arregimentado de brancos contra pretos que se encontram em países de formação semelhante à nossa. Segundo ele, o cristianismo implantado pelos portugueses no Brasil era mais fraternal que outras religiões, e a escassez de mulheres brancas entre os primeiros colonos teria definido uma política lusitana de colonização resultando numa “cultura mestiça, plural e complexa”. Tendo efeito no processo de democratização das relações entre as pessoas, onde os afrodescendentes não se sentiriam “negros”, mas brasileiros, como os “índios” e os portugueses.

O principal objetivo de Freyre, como de resto de boa parte dos intelectuais e políticos da época, era demonstrar relações raciais harmoniosas e pacíficas não devendo os negros se unir pra reivindicar direitos específicos. Ele exortava: “Devemos estar vigilantes, os brasileiros de qualquer origem, sangue ou cor, contra qualquer tentativa que hoje se esboce no sentido de separar”. O “medo branco da onda negra” do século XIX, quando abolicionistas radicais e escravizados lutavam pelo fim da escravidão de forma direta, voltava à tona naqueles anos (Azevedo, 1987).

O final da Segunda Guerra, as lutas de libertação nos continentes africano e asiático, e as revoltas negras contra a segregação racial nos Estados Unidos faziam sonoro eco na cabeça dos defensores da democracia racial brasileira. No texto, Freyre quase não usa a palavra “negro”, preferindo “pardo” ou “descendente de africanos”, parecia temer que o simples uso da categoria negro reforçasse os desígnios políticos de unidade e positividade racial proposto pelos articulistas do jornal Quilombo.

Na segunda edição do jornal, em maio de 1949, a coluna “Democracia racial” foi assinada pelo antropólogo alagoano, Arthur Ramos, e estava intitulada, “A mestiçagem no Brasil”. Na oportunidade, ele apresentava o prefácio de livro de mesmo nome a ser publicado em Paris, onde depois de discorrer sobre como havia se dado o processo de mestiçagem racial e cultural entre europeus, indígenas e africanos, com distribuições desiguais nas regiões brasileiras, ele informava, que:

A experiencia da “mistura de raças” nos trópicos veio revelar que não havia nenhum inconveniente no resultado destas misturas. Inferioridades do produto mestiço, quando surgem, estão ligadas não ao fenômeno da mistura, mas a outros fatores deficitários de meio, como desigualdades de oportunidades de educação, miséria econômica, vícios ou falhas alimentares, etc.).

Arthur Ramos atuava para garantir um lugar para a antropologia no meio acadêmico e intelectual brasileiro, nesse sentido, estava empenhado em mostrar, contra a ciência da época de Nina Rodrigues, do final do século XIX, que a pretensa “degenerescência” dos mestiços estaria ligada a processos socioculturais e não a fatores físico-antropológicos que demonstrassem sinais de inferioridade.

Como Gilberto Freyre, ele justificava o padrão das relações raciais brasileiras por meio da definição de vínculos históricos gerados no sistema colonial português e a tolerância no contato com africanos e indígenas, o que, por si só, já demonstraria a pretensa harmonia racial das relações. Embora acrescentasse algumas “desigualdades de oportunidades” dos “mestiços” em relação aos brancos, Ramos estava imerso no “espetáculo da miscigenação” e no “grande laboratório da civilização”, que apontavam o Brasil como o país do futuro.

Era mais um intelectual reconhecido e que fazia pouco caso das determinações estruturais que o capitalismo mantinha e explorava na relação com os trabalhadores negros. Ele demonstrava ser tributário de discursos nacionalistas e culturalistas de intelectuais preocupados apenas com a construção da nação, embora, já apontasse para o problema das desigualdades raciais e para a politização da questão racial. Infelizmente, ele morreu em 31 de outubro daquele ano, e teve pouco tempo de vida para aprofundar o que vinha propondo (Campos, 2004).

A criação da coluna "Democracia racial", onde os intelectuais mais conhecidos nacionalmente escreveram, se constituiu numa estratégia importante para levar à discussão pública, um dos principais sustentáculos da nação brasileira imaginada. Abdias era um dos que assinalava que a igualdade racial era uma conquista futura e resultado de "um grande e árduo trabalho coletivo, presidido pelo alto espírito de fraternidade racial que orientou a nossa formação histórica, conseguiremos realizar a obra dessa valorização do negro". Ele defendia um futuro harmonioso entre as "raças" como possibilidade de o negro ratificar sua identidade e se integrar socialmente em todos os espaços da nação.

Como intelectual e militante antirracista, Abdias, mantinha posicionamento diverso da maioria dos intelectuais e políticos de seu tempo. Era um homem de ação que, desde a primeira metade do século XX, se manteve no front da luta antirracista. Período em que se constituiu como uma das principais lideranças ao participar da organização da Convenção Nacional do Negro e seu "Manifesto à Nação Brasileira", em São Paulo, 1945, e no Rio de Janeiro no ano seguinte; da Conferência Nacional do Negro, de 09 a 13 de maio de 1949, no Rio de Janeiro; e do I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1950.

Foram eventos em que a sociedade brasileira foi convidada a refletir sobre "as aspirações e condições gerais de vida da população de cor", conforme resoluções finais do primeiro Congresso Negro. Realizado, de 26 de agosto a 4 de setembro de 1950, em comemoração ao Centenário do Final do Tráfico de Escravos, demonstrava o grande apreço que tinham por efemérides que remetiam ao histórico de emancipação gradual da escravidão. A Lei Eusébio de Queirós aprovada, em 4 de setembro de 1850, visava proibir o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, não gerou grandes efeitos sobre a estrutura escravista, mas serviu de expediente jurídico para abolicionistas como Luiz Gama buscarem a libertação de centenas de escravizados (Azevedo, 2005).

O I Congresso do Negro Brasileiro nasceu por determinação da Conferência Nacional do Negro e tornou-se o ápice daquele movimento social, que havia iniciado com a Frente Negra Brasileira (São Paulo, 1931-1937).<sup>2</sup> O

---

<sup>2</sup> Além de Abdias e Guerreiro Ramos, fizeram parte do Congresso: Aguinaldo Camargo, Geraldo Campos de Oliveira, José Pompílio da Hora, Ruth de Souza, Ironides Rodrigues, Sebastião Rodrigues Alves, Maria de Lourdes Vale Nascimento, o senador Hamilton Nogueira, Claudino José da Silva (deputado federal do Partido Comunista), entre outros. O Congresso teve representações políticas de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Sociedade Floresta Aurora).

entendimento era que a população negra fora “abandonada” pelo Estado e não houve, por parte do governo republicano, qualquer medida de integração social e econômica voltada aos negros depois da abolição formal em 1888. Na “Declaração final” do Congresso, inclusive, recomendavam:

[...] o apoio oficial e público a todas as iniciativas e entidades dos brasileiros de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo e a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual. (Nascimento, 1982, p. 401)

Eles reivindicavam o acesso ao ensino básico e profissional que os preparassem para o mercado de trabalho, a igualdade na disputa por melhores condições sociais e a intervenção do Estado na resolução dos problemas dos “brasileiros de cor”. O respeito às regras sociais e morais, bem como a busca pela integração dentro da ordem estabelecida, sempre foi a tônica das organizações negras.

A possibilidade da reflexão dos principais problemas da população brasileira por meio de distintos pontos de vistas de intelectuais nacionais e estrangeiros, vistos como uma marca do Quilombo se deu, dentre outros motivos, pelo caráter diplomático do seu principal articulador. Abdias juntou seus conhecimentos de escritor, poeta, teatrólogo, político e ativista, para passar do Teatro Experimental do Negro, e sua forma singular de expressar artisticamente as vivências do negro brasileiro, para a lucidez do trato das principais questões nacionais a partir da perspectiva da população negra. A política culturalista apontada por ele seria o caminho escolhido ao invés de uma política de raça que fizesse o enfrentamento ao racismo de fato.

As temáticas relativas à cultura negra estão presentes em todas as edições do Quilombo, onde vemos desde colunas permanentes a escritos que se detinham sobre livros, música, rádio, cinema, escolas de samba, teatro, poesia e artes que divulgam o que estava sendo produzido naquele meio, assim como demonstram a riqueza da contribuição afrodescendente para a cultura nacional. Do mesmo modo, a coluna, “Negros da História”, era também um espaço que se dedicava a fundamentar a participação negra não apenas como escravizados ou iletrados e sem cultura.

Ao contrário, a partir de narrativas que se detinham em biografias daqueles que haviam prosperado, apresentava trajetórias de celebridades negras com o objetivo de posicionar as identidades daqueles que eram o principal público alvo do jornal. Na edição de 9 de maio de 1949, próxima da data de 13 de maio de 1888, por exemplo, foi apresentada a trajetória do advogado e abolicionista Luiz Gama. Com título “Luiz Gama, herói e santo da abolição”, o texto recupera a importância do homem que se alfabetizou, comprou sua própria alforria, se tornou respeitado e ajudou outros a se libertarem.

É preciso conhecer o jornal *Quilombo* pela abrangência de temas culturais e políticos que foram apresentados e discutidos em suas páginas, pela quantidade e importância de intelectuais que nele escreveram, pela articulação e pelo diálogo internacional que viabilizou. Ele se constituiu num dos principais jornais da imprensa negra brasileira e afro-latino-americana, motivo pelo qual serve como meio de reflexão que encaminha para a educação antirracista.

### ***AFRO-LATINO-AMÉRICA, IMPRENSA NEGRA SOCIALISTA***

O *Afro-Latino-América* foi publicado, de 1977 a 1979, como uma “seção” ou suplemento do jornal *Versus*, que teve edições bimestrais em São Paulo, de 1975 a 1979. O *Versus* teve circulação nacional voltada a política, literatura, música, teatro, filosofia, antropologia e, ao longo de seus quatro anos de existência, foi reconhecido por seu estilo alternativo de discussão dos principais problemas da América Latina e pela resistência à ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964.

O *Versus* tinha como proposta inicial discutir a política nacional de forma indireta e metafórica, mas logo se aproveitando da conjuntura que desgastava o regime e o aumento da circulação, assumiu caráter socialista e a tarefa de criação de um partido sob inspiração trotskista da Convergência Socialista. Maior politização do grupo diretivo que se refletiu na abertura aos demais movimentos da classe trabalhadora e lutas internacionais. Em sua décima segunda edição, que marca uma nova fase do *Versus*, foi lançada a seção do *Afro-Latino-América*, que ficou sob a responsabilidade de jornalistas e militantes negros, na sua maioria, ligados à Convergência (Kucinski, 1991).

O suplemento foi órgão de denúncia do racismo, ocultado na ideologia oficial como democracia racial, e divulgou as principais demandas negras internacionais. Dentre os responsáveis, estavam: Hamilton Cardoso (1954-1999),

Oswaldo de Camargo (1936), Jamu Minka (José Carlos de Andrade, 1949) e Neusa Maria Pereira (1955). Alguns faziam parte do Núcleo Negro Socialista, projeto político criado nas tendências trotskistas, Liga Operária e Fração Bolchevique que, desde 1974, se organizavam para fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores, o que aconteceu, em 1978, se constituindo num dos embriões do conhecido e atual Partidos dos Trabalhadores.

É tido como o artigo inaugural do *Afro-Latino-América* no jornal *Versus*, em edição de junho de 1977, o texto de Neusa Maria. Ela assinou sem o sobrenome Pereira, o texto intitulado, “Pela mulher negra”, que inicia definindo que a mulher negra é o grupo racial mais cruelmente castigado pela sociedade de classes. Além da difamação social que a coloca como objeto de consumo sexual dos homens brancos, ocupa os piores postos no mercado de trabalho na disputa com as mulheres brancas e ainda tem que assumir as responsabilidades de manutenção da família no lugar dos homens negros.

O artigo é um manifesto em defesa da mulher negra trabalhadora que não dispõe de condições materiais e nem de tempo para si e sua sexualidade, onde a autora exclama de forma direta e contundente ao final do texto:

Queremos ser respeitadas, entendidas, amadas como ser pensante e como fêmeas. Porque não pretendemos abdicar de nosso útero, de nossos seios, de nosso calor. Pretendemos continuar sentindo nossos órgãos genitais de forma total, sem medos ou complexos, e quando alcançarmos um novo estágio social, talvez não seja mais necessário falarmos em racismo.

Ao descrever a realidade e elencar demandas de classe, raça, gênero e sexualidade das mulheres negras publicamente, o documento pode ser lido como um dos primeiros manifestos em defesa do feminismo negro brasileiro. O que pode servir de material para reflexões diversas entre os jovens negros e negras sobre a história das intelectuais, organizações negras e os papéis sociais destinados às mulheres em nossa sociedade.

No editorial de lançamento, reproduzido abaixo, era justificada a fundação do *Afro-Latino-América* como uma das “fontes de inspiração” a imprensa negra, o que demarcava uma tradição antirracista que se estendia aos primeiros jornais negros do século XIX.

# AFRO-LATINO-AMÉRICA

A partir deste número, uma seção permanente de Versus

**Afro-Latino-América**, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas - prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo - vêm sendo avaliadas com maior exatidão e resulta da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana. Uma das fontes de inspiração de **Afro-Latino-América** é a imprensa negra, que por seis décadas viveu na sociedade brasileira (imprensa que foi lembrada este ano, com a exposição realizada dentro da Quinzena do Negro, que marcou o ano 89 da Abolição).

Desde 1961, ano em que circularam os últimos periódicos negros, até recentemente, houve um intervalo em que a criação cultural de expressão negra entrou em recesso. Agora que a questão racial ressurgiu como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define novos padrões de convivência racial em todo o mundo.



Figura 1: Recorte de *Afro-Latino-América*; jornal *Versus*, junho de 1977

Como resultado da “ação das novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana” o suplemente foi lançado na arena do ativismo da esquerda socialista, demarcando espaço privilegiado em um dos principais meios de comunicação da resistência contra a ditadura. Em junho de 1977, quando do lançamento do *Afro-Latino-América*, o *Versus* tinha tiragem de cerca de 30 mil exemplares distribuídos por todo o país, chegando às mãos de intelectuais, estudantes, professores, jornalistas, artistas e outros interessados da classe média branca. Isso demonstra o seu grau de penetração na sociedade e o potencial como instrumento de disputa das narrativas sobre o lugar da população negra naquela sociedade.

O *Afro-Latino-América*, que tinha entre suas inspirações a imprensa negra, era dirigido ao público negro e nasceu para denunciar as condições subalternas em que se encontravam, foi gerado dentro de um meio de comunicação dirigido por pessoas brancas. Considerando que tinham liberdade para escolher a linha editorial a ser assumida, o que parece ser uma contradição deve ser entendido como uma estratégia de luta contra o racismo por meio da aproximação com setores da esquerda. Essa é mais uma possibilidade de entendimento da realidade negra brasileira como umbilicalmente ligada ao contexto nacional.



Conforme memória de Omar L. de Barros Filho, um dos principais editores do *Versus*, no artigo, “Um tributo a Zulu Nguxi, o Pantera Negra Hamilton Cardoso”, em apresentação da edição fac-similar: “O Afro-Latino-América organizou sua própria unidade e passou a receber atendimento do comitê central, de forma a permitir a discussão de um programa de ação próprio para a comunidade negra” (Filho, 2014, p. 10). Ou seja, a luta antirracista não precisa prescindir da unidade de estratégias e do respeito aos objetivos específicos de determinado grupo na mobilização maior contra o capitalismo.

A confluência de discursos baseados na classe trabalhadora e na raça negra tiveram no jornal uma das suas principais vertentes de atuação que o ligavam aos movimentos políticos nacionais e internacionais. Os artigos, reportagens e notícias culturais e políticas sobre a atuação das organizações negras no Brasil, na África e nos Estados Unidos, advinham de correspondentes e informações que chegavam do exterior sobre o processo de descolonização no continente africano e das lutas contra as ditaduras nas Américas.

A preocupação dos redatores do *Afro-Latino-América* com a organização dos movimentos sociais destacava “a importância da presença africana nesta parte do mundo” e as “nossas raízes africanas”. Era um modo de ratificar a escolha do nome do jornal e a tentativa de ligar diferentes experiências da diáspora africana com o Brasil. Uma das principais questões que traziam no editorial reproduzido acima, chamava a atenção para o lugar que a publicação procurava ocupar naquele cenário editorial de disputas pelo o que entendiam ser a cultura brasileira. Precisavam tornar conhecidas as expressões culturais negras, mesmo que fosse nos moldes do que era conhecido e divulgado como cultura nacional, para a maioria dos leitores da classe média branca que liam o *Versus*.

Não é por acaso que toda a primeira edição é ocupada com um histórico sobre o Teatro Experimental do Negro e sua importância; uma entrevista com os fundadores do Evolução, grupo de dança, teatro e música, fundado em São Paulo, em 1971; um artigo de Oswaldo Camargo, “Pequeno mapa da poesia negra”, e farto elenco de poesias de autoria negra, como: Solano Trindade, Ruy Dias, Lino Guedes, Zulu Nguxi (Hamilton Cardoso), dentre outros.

No artigo citado, Camargo, se coloca a árdua tarefa de historiar a contribuição negra à poesia nacional, logo iniciando com os seguintes questionamentos:

Onde está a Poesia Negra? Onde está Lino Guedes? Os poetas da Imprensa Negra e associações? [...] Eis que se inicia a fase de nos descobrirmos. Traçar o mapa, marcar o território de nossa herança poética desconhecida e esparsa. Tentar fazer o que jamais se fará oficialmente: a coleta de nossa produção literária, o nosso clamor espalhado em jornais da imprensa negra marginal, nas revistas negras, recolher os inéditos, trazê-los, enfim, a tona.

Ele termina a sua história da poesia refletindo sobre os tempos que viviam e a necessidade de garimpar e conhecer os novos poetas negros que chegavam, e, cita: “Oliveira Silveira, poeta jovem, formalmente realizado, com uma bagagem poética já respeitável”. Era sobre o poeta da “consciência negra” que ele falava, que junto do Grupo Palmares, em 1971, em Porto Alegre, fizeram a proposta de um dia alternativo ao 13 de maio de 1888, hoje conhecido como o Dia Nacional da Consciência Negra.

A partir do segundo número o Afro-Latino-América apresenta abaixo do nome o seguinte subtítulo: “Este jornal é meu revólver e meu sorriso”. Onde traz informações sobre o I Simpósio Cultural e o 4º Congresso Afrobrasileiro, realizados em Criciúma, Santa Catarina. Teriam participado, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Carlos Santos, e Clotilde Lalau, coordenadora do Grupo Afrobrasileiro, entidade organizadora do congresso, e professores do Grupo Escolar Joaquim Ramos. Conhecido na cidade como “navio negreiro”, provavelmente, por se localizar na periferia da cidade e ser formado, em sua maioria, por estudantes filhos de trabalhadores negros das minas de carvão.

Sobre as relações do jornal com a diáspora africana, no terceiro número, é informado em pequeno texto inicial a preocupação com o tema. De fato, a partir daquela edição passaram a dar maior atenção para a “discussão sobre o negro no mundo e na América”, principalmente para a “luta anticolonial”, como informava a pergunta: “A Libertação Negra é uma Luta Anticolonial?” A questão foi respondida de forma afirmativa com vários exemplos de como a libertação na África era também uma luta que se estendia para a diáspora.

Também é importante demonstrar que entre os colaboradores e a rede de apoiadores do jornal estavam personalidades que se tornaram fundamentais na história do Movimento Negro contemporâneo, dentre outros: Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980), Lélia Gonzales (1935-1994), Carlos Alberto Medeiros (1942), Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), Oliveira Silveira (1941-

2009) e Hélio Santos (1948). Todos/as tiveram seus nomes vinculados/as às principais conquistas da população negra brasileira nos últimos cinquenta anos. São trajetórias que nos fornecem vivos elementos para reforçar em sala de aula as jovens identidades negras em construção, também colaborando para que os demais estudantes reconheçam a contribuição destes intelectuais para o pensamento social brasileiro.

## CONCLUINDO

Para entender as conquistas do início do século XXI, principalmente, as políticas de ações afirmativas dirigidas à população negra, o terço central do século passado como espaço-tempo em que foram publicados os jornais *Quilombo* e *Afro-Latino-América*, é um portal de acesso importante. As publicações servem como verdadeiros “marcos temporais”, uma vez que foram produzidas nas fronteiras de períodos da nossa história, - Estado Novo, 1937-1945, e Ditadura civil-militar, 1964-1985, - em que a “ideologia da democracia racial” foi defendida pelo Estado brasileiro de maneira vigorosa.

Foi o período em que os negros fizeram amplas mobilizações sociais e políticas que questionaram aquele imaginário, ao mesmo tempo em que se voltavam para uma maior articulação com a diáspora africana. Os “estudios afroamericanos y africanos en América Latina” já demonstraram que o final do século XIX e início do XX, as elites implementaram projetos nacionais de branqueamento e *mestizaje* populacionais. Ao oferecer incentivos e vantagens para imigrantes europeus ocuparem territórios americanos, tinham como objetivos inserir patrimônios genéticos e culturais que eliminassem as contribuições afrodescendentes e indígenas (Buffa; Becerra, 2008).

Sabemos hoje que aquelas políticas fracassaram ainda nas primeiras décadas do século XX, sendo necessário reorientá-las no sentido da valorização das mestiçagens ao longo do século seguinte. Foi o período em que negros e indígenas, a partir de conjunturas e interesses diversos, tiveram suas culturas absorvidas em nome da nacionalidade ao mesmo tempo em que eram excluídos de políticas públicas dirigidas à resolução de seus principais problemas. As condições em que indígenas e afrodescendentes foram inseridos nas sociedades americanas se deram em padrões de desigualdades e hierarquias que se tornaram comuns nos diferentes países (Calazans; Castro; Piñeiro, 2018).

Os dois jornais são contribuições importantes para o pensamento social negro ainda pouco conhecido, ao apontar epistemologias alternativas ao arcabouço acadêmico de matriz europeia. A produção intelectual e a capacidade de articulação política pode ser dirigida para além das fronteiras da nação. As ideias e as mobilizações entorno da “negritude”, do “pan-africanismo”, do “nacionalismo negro” e do “black power”, desde a Europa, a África e os Estados Unidos, são ferramentas preciosas para entender como foram apropriadas nas Américas negras.

O acompanhamento da trajetória de algum dos envolvidos com os jornais como, Thereza Santos (1938-2012), p. ex., demonstra isso. Ela participou das experiências editoriais do *Quilombo* e *Afro-Latino-América* desde o *Teatro Experimental do Negro*, em 1944, até o início dos anos de 1960, em que era atriz e militante negra comunista em São Paulo. Oportunidade em que foi enviada à Guiné Bissau e Angola pelo Partido Comunista e na década seguinte, teve a sua história contada no *Afro-Latino-América* tão logo chegou de volta ao Brasil, depois de quatro anos em África (*Afro-Latino-América. Versus*, n. 28, janeiro de 1979).

A historiografia que tratou da “América Afro-Latina” e justificou os limites da agência negra a partir de condicionamentos estruturais como, a dificuldade do acesso à educação e ao mercado de trabalho, já foi superada. Pesquisas recentes têm demonstrado justamente o contrário, como os demais grupos étnicos que colonizaram as Américas, os afrodescendentes não se mantiveram presos a obstáculos intransponíveis. Criaram meios de superação do racismo nos mais diversos âmbitos associativos, culturais, religiosos, políticos, esportivos, recreativos, jornalísticos, onde encontraram fissuras para a integração social, sobrevivências culturais e (re)construção de suas identidades (Andrews, 2007).

A aproximação com os jornais também pode incorporar discussões que vêm se dando em outros campos de pesquisa como os das identidades brancas ou “branquidade”. Para demonstrar e refletir quanto a pretensa “invisibilidade branca” tem contribuído para racializar a sociedade e definir lugares de poder e de inferioridade nas relações sociais (Ware, 2004). Considerando o racismo como ideologia e estrutura objetiva de dominação que se reproduz no encarceramento em massa, no genocídio da juventude negra e no feminicídio cotidiano das mulheres negras, é fundamental pensar noutros lugares de reflexão crítica para entender onde estão posicionados os corpos negros.

Os jornais *Quilombo* e *Afro-Latino-América* são possibilidades que nos instigam a entrar nestas vastas arenas de informações, para entender seus processos e resultados como lugares políticos e de reconhecimento público negro na luta antirracista.

## REFERÊNCIAS

**Afro-Latino-América.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

ANDREWS, George R. **Afro-Latino-América, 1800-2000.** São Carlos, UFSCAR, 2007.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BUFFA, Diego; BECERRA, María J. **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro.** Buenos Aires: CLACSO; CEAUNC, 2008.

CALAZANS, Márcia E. de; CASTRO, Mary G.; PIÑEIRO, E. (Orgs.). **América Latina: corpos, trânsitos e resistências.** Porto Alegre: Ed. Fi, 2018.

CAMPOS, Maria J. **Arthur Ramos, luz e sombra na antropologia brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais.** São Paulo: Summus, 2000.

COUTO, Andrea M.; ROSA, Graziela O. N. da; SANTOS, José A. (Orgs.). **Educação antirracista: fiscalização e desafios.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2021.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana.** Prefácio de Sérgio Amadeu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FERNANDES, Julia M. F. M. **O Jornal Quilombo e a representação da identidade afirmativa da mulher negra: uma proposta paradidática no ensino de história.** Mestrado em Ensino de História. Curitiba, UFPR, 2020.

FILHO, Omar L. de B. Um tributo a Zulu Nguxi, o Pantera Negra Hamilton Cardoso. In: **Afro-Latino-América**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2012.

**Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. São Paulo: FUSP; Ed. 34, 2003.

SILVA, José G. da; MEIRELES, Marinelma C. (Orgs.). **A Lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades**. Curitiba: Appris, 2019.

WARE, Wron. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. RJ: Garamond, 2004.

*Recebido em 26/11/2023*

*Aprovado em 06/01/2024*